

Capítulo 20

Análise sócioambiental da orla da Armação do Itapocoroy, Penha: bases para o ordenamento marinho segundo uma visão interinstitucional.

Marcus Polette; Leocádio Neves e Silva

- Centro de Ensino em Ciências Tecnológicas da Terra e do Mar, UNIVALI. Caixa Postal 360,88301-970, Itajaí, SC. E-mail: mpolette@univali.br

ABSTRACT

The setback of the municipal District of Penha, in Santa Catarina's State in south Brazil, is constituted now in one of the most conflicting areas such as for land and marine uses, as well as a space of countless social, economical, political and conservation interests. However to face such challenges raise the fundamental being the development of articulation strategies, such as the participation of the most different social stakeholder involvement, in order to find desirable solutions of institutional articulation in a domain considered as a public area for the current and future generations. The present work has as objective accomplishes a partner-environmental analysis directly under the several government and no-government stakeholders' point of view related with the administration of the border of the municipal district of Penha. Through to this present analysis it is possible to understand the process of occupation of the setback, as well as the interinstitutional relationships interests for the process of integrated coastal zone management tend as base the stakeholder chain. The interinstitutional integration is a processes that passes with certainty as primordial factor to minimize the problems and partner-environmental conflicts, for so much is fundamental an analysis of this nature in order to understand the current relationships among these different stakeholders, as well as the possible negotiation forms to minimize the existent conflicts.

Key words: Integrated coastal zone management; marine zoning; stakeholder; interinstitutional arrangements.

INTRODUÇÃO

A orla do município de Penha constitui-se atualmente em uma das áreas mais conflituosas quanto ao uso do solo e do mar do litoral centro-norte de Santa Catarina devido à ocupação urbana desordenada, bem como devido a inúmeros conflitos gerados entre a pesca artesanal, a maricultura, a navegação de recreio e a pesca industrial, o que gerou inúmeros conflitos de interesses sociais, econômicos, políticos e conservacionistas. No entanto, para enfrentar tais desafios passa a ser fundamental o desenvolvimento de estratégias de articulação, participação e envolvimento de diferentes atores sociais, sem buscar o enfrentamento, e sim encontrando soluções desejáveis de articulação

institucional em um domínio considerado como um bem público para as gerações atuais e futuras.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise sócio-ambiental sob o ponto de vista dos mais diversos atores governamentais e não-governamentais diretamente relacionados com a gestão da orla do município de Penha. Por meio da presente análise, será ainda possível entender o processo de ocupação da orla, bem como as relações interinstitucionais necessárias para o processo de gestão costeira integrada tendo como base os procedimentos de método da cadeia de atores, a qual demonstra ser um importante instrumento para entender a realidade em nível local.

Segundo o censo de 2000 (IBGE, 2000), no eixo litorâneo compreendido pelos municípios de Bombinhas, Porto Belo, Balneário Camboriú, Camboriú, Itajaí, Navegantes e Penha, 96,2% da população está localizada nas áreas urbanas. Nesta região, à exceção de Ilhota, Itajaí e Luiz Alves, todos os municípios apresentam taxas anuais de crescimento superiores à média estadual, chegando a índices expressivos como nos casos de Bombinhas (10,3%), Itapema (9,14%) e Porto Belo (8,86%), situados no extremo sul da região, evidenciando um processo acelerado de expansão urbana naquele setor costeiro.

Este crescimento populacional é evidente nos municípios com maior aptidão turística. Esta atração é proporcionada pela qualidade cênica do espaço costeiro catarinense, mas tal crescimento desenfreado resulta em inúmeros problemas de natureza social, econômica, ambiental e inclusive institucional. Pode-se apontar, por exemplo, o intenso processo de conurbação, destacando-se, na área central da região, os eixos compreendidos entre os municípios de Itajaí - Balneário Camboriú; ao Norte, o eixo compreendido entre os municípios de Navegantes, Penha, Piçarras e Barra Velha; e ao Sul, os municípios de Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

A ocupação da orla, por sua vez, ocorreu de forma muito rápida e uniforme: inicialmente, era ocupada por exuberantes ecossistemas de praias, dunas e vegetação de planícies litorâneas (localmente chamados de restinga),

e, ainda, inúmeros costões localizados em promontórios que estabelecem os limites entre enseadas e baías. O processo de desenvolvimento, na realidade, iniciou com a ocupação da frente da praia por inúmeros ranchos de pesca ocupados por pescadores artesanais. No início da década de 1940 e 1950, turistas passam a vir de forma regular para as praias, iniciando um processo de ocupação mais acentuado, especialmente durante os meses de verão, estes ocupavam inicialmente casas ao longo das faixas em frente à praia, originalmente ocupadas também pelos tradicionais ranchos de pesca, ou, ainda, pela cobertura de vegetação original, iniciava ali o rápido processo de especulação imobiliária.

Com a construção da BR 101 na década de 1970, os acessos à praia levaram a uma drástica mudança da paisagem em função da substituição das residências de madeira por casas de alvenaria e estas cederam lugar para residências multifamiliares (prédios), comércio, o que levou estas áreas a uma nova dinâmica urbana incompatível com a infra-estrutura instalada devido à péssima administração dos políticos locais atrelados ao setor imobiliário.

A privatização da orla ao longo deste processo histórico de ocupação desordenada (construção de avenidas à beira-mar e calçadões contribuíram com mudanças notáveis da paisagem, acarretando, muitas vezes, problemas de erosão costeira e sombreamento da praia, entre outros) o que levou a inúmeros prejuízos para a sociedade, que socializou os prejuízos decorrentes da falta de planejamento, monitoramento e fiscalização dos órgãos municipais, estaduais e federais responsáveis pelo ordenamento efetivo destas áreas.

Desta forma, a integração interinstitucional passa com certeza como fator primordial para minimizar os problemas e conflitos sócio-ambientais, para tanto é fundamental uma análise desta natureza para entender as atuais relações entre atores, bem como as possíveis formas de negociação para minimizar os problemas existentes.

- O município de Penha

Penha localiza-se em uma posição estratégica, próxima dos mercados emissores de turistas de verão representada pelos Vales do Rio Itajaí e

Itapocú, está próxima também da BR 101, importante eixo indutor do fluxo de bens e turistas ao longo da costa sul-brasileira. Tem nas atividades ligadas ao turismo, a construção civil, e maricultura, as suas principais fontes de renda.

Alguns historiadores acreditam que a colonização desta região é fruto das consecutivas invasões de espanhóis, à partir do século XVIII, à ilha de Santa Catarina, situação esta que forçou os pescadores portugueses que ali habitavam a fugir para outras áreas, fora do alcance das esquadras espanholas. Os primeiros registros de ocupação da região datam de 1759, quando portugueses de origem açoriana atraída pela enorme quantidade de baleias da costa catarinense, iniciaram a colonização com a instalação de uma espécie de quartel-general destinado à captura destes animais. Deste núcleo surgiram os municípios de Penha e Piçarras (AMFRI, 1998).

Com o passar dos anos e o crescimento das comunidades, a pesca da baleia, que era a atividade econômica mais importante até 1833, foi gradativamente substituída pela pesca artesanal e pela agricultura (Britez, 1995). Após os muitos anos em que o Arraial de Itapocoroy (atual município de Penha) havia se tornado o centro comercial de toda a vasta área compreendida entre o Rio Itapocú e a Enseada das Garoupas (atual município de Bombinhas), e com a decadência das arpoações das baleias, o desenvolvimento urbano passou a um ritmo lento, que permaneceu até a década de 1960 (AMFRI, 1998).

Com o advento do turismo de lazer, este passou a desbravar os balneários e a região foi redescoberta como pólo turístico (Britez, 1995). Em consequência desta nova ocupação, um novo fenômeno altera a dinâmica espacial urbana de Penha: a implantação de loteamentos que, sem se preocupar com os critérios urbanísticos, produziu sua expansão desordenada.

De acordo com IBGE (2000), Penha possuía uma população de 17.669 habitantes fixos e com um incremento anual de 3,37%, que compõem uma densidade demográfica de 292 hab./km². Atualmente representa um dos municípios com maior variação populacional, causado pelo movimento de verão que ocorre na micro-região. Britez (1995) sugere que, neste período,

esta população de pouco mais de 17.000 habitantes, é incrementada para mais de 100.000 pessoas. Segundo SDM (1999), o município apresenta uma densidade demográfica acima da média estadual, que está em torno de 178,73 hab/km².

A Penha encontra-se, segundo classificação do Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro, no setor centro-norte da zona costeira de Santa Catarina.

De acordo com IBGE (1996), este município conta com uma população de 15.470 habitantes fixos e um incremento anual de 3,35%, que encontram-se distribuídos, na área urbana, com 12.678 habitantes e, na área rural, com 2.792 habitantes, em uma extensão territorial de 60,4 km², compondo uma densidade demográfica de 256,13 habitantes por quilômetro quadrado (Fig. 1).



Figura 1. Vista panorâmica da Armação do Itapocoroy, Penha, SC.

- A orla da Armação do Itapocoroy

A orla da Armação de Itapocoroy pode ser classificada em um estágio de pleno desenvolvimento, com população fixa e pequena se comparada com os meses de veraneio, existe a predominância de segundas residências e a presença de uma frágil infra-estrutura turística ainda em processo de consolidação. Silva (2000) divide a região em dois setores distintos, com base em observações *in situ* o que demonstra diferentes padrões no desenvolvimento da ocupação (Fig. 2).

Silva (2000) demonstra que tais segmentos são diferentes quanto à sua utilização e ocupação, pois enquanto o primeiro setor possui uma ocupação gerada por segundas residências (70,7%), no segundo setor este se limita a 47,13% de segundas residências. O turismo tem sido responsável pelo êxodo da comunidade nativa a partir da linha costeira, no primeiro setor são consideradas edificações de nativos apenas 0,72% da área, contra 13,83% no segundo setor (Tab. I).



Figura 2. Ocupação da orla da Armação do Itapocoroy, Penha, SC, na sua maioria por segundas-residências de médio e alto padrão.

Tabela I. Usos na orla da Armação do Itapocoroy.

Utilização da Orla	Setor Campus V da UNIVALI e o costão da praia do Quilombo (%)	Setor Campus V da UNIVALI e o costão da praia do Quilombo (%)
Edificações de Veraneio	70,78	47,13
Terrenos cercados	9,26	0,00
Terrenos baldios	8,79	8,11
Arruamentos	5,46	3,00
Bares/restaurantes	1,43	14,07
Marinas e lates-clubes	0,98	0,00
Edificações dos moradores nativos	0,72	13,83
Saída de esgoto canalizado	0,53	0,45
Acesso de pedestres	0,46	0,00
Outros	1,59	13,41

(Fonte: Silva, 2000).

A porção marinha da orla passou por um interessante processo de ocupação, sendo ocupada inicialmente por pescadores artesanais, logo em seguida, pelo lazer náutico e, atualmente, pela maricultura, o que gera inúmeros conflitos sócio-ambientais e institucionais no espaço marinho. Nesse

espaço, três atividades econômicas têm se tornado conflitante: a pesca artesanal, o turismo náutico e, recentemente, a maricultura (Fig. 3).

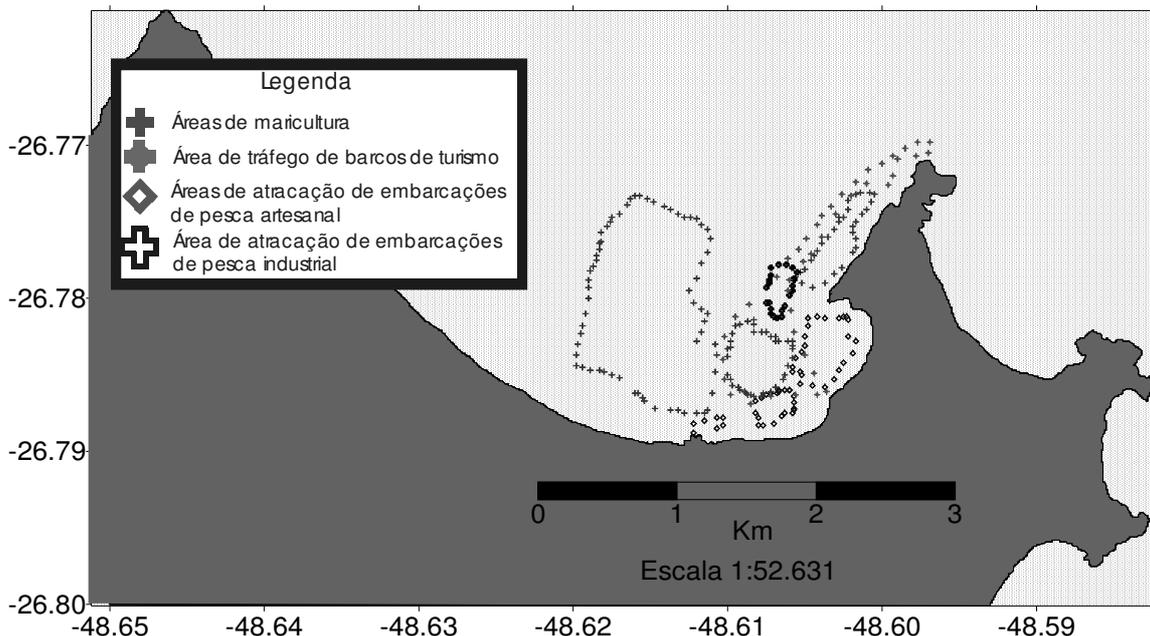


Figura 3. Atividades existentes ao longo da orla da Armação do Itapocoroy, Penha, SC. Fonte: Silva (2000).

- Compreendendo a evolução da ocupação da orla em Penha

Para entender o processo de evolução da orla em Penha, torna-se fundamental entender os modelos de evolução turística (Butler, 1980), o modelo proposto por Smith (1991) para a evolução de uma área urbana, de forma que possamos analisar as relações existentes entre o seu desenvolvimento e as relações com a retro-terra (Tab. II).

Tabela II. Compatibilização entre os estágios de desenvolvimento e a tipologia dos espaços litorâneos.

Estágios de Desenvolvimento (Butler, 1980)	Estágios do Modelo de Desenvolvimento de Balneários (Smith, 1991)
Exploração	Pré-turismo
Envolvimento	Segundas residências e primeiro hotel
Desenvolvimento	Balneário estabelecido Área comercial estabelecida
Consolidação	Hotéis interiores
Estagnação e Declínio	Cidade-balneário
Rejuvenescimento	---

Organização: Souza JR. & Polette (1998)

Butler (1980) e Souza Jr. & Polette (1998) sugerem um modelo hipotético de um ciclo de evolução de uma área turística, em que o padrão inicial apresenta uma tendência de estabilidade seguida de um crescimento vertiginoso, ocorrendo, posteriormente, uma nova estabilidade em um patamar superior, passando, então, por cenários diversos, que vão desde o declínio extremo, mantendo a estabilidade ou, em casos mais incomuns, tomando uma nova fase de crescimento.

Visitantes irão inicialmente e em um pequeno número, a uma determinada área, quase sempre restrita, devido à dificuldade de acesso, facilidades e conhecimento local. As facilidades são, então, providenciadas e a disseminação de informações sobre esta aumenta, incrementando, também, o número de visitantes. Com o incremento de propaganda e, por alguma facilidade de provisão, a popularidade da área irá rapidamente crescer.

Eventualmente, o aumento populacional irá declinar e os níveis de capacidade de suporte serão rapidamente alcançados. Isto poderá ser evidenciado por meio de fatores ambientais (falta de água; diminuição da qualidade do ar e da água, formação de micro-climas), de fatores ligados à urbanização (fluxo do trânsito, acomodação, serviços ligados à infra-estrutura); ou por fatores sociais (excesso de população nas praias, ressentimentos da população residente). Como o atrativo da área diminui em relação a outras áreas, devido a questões como o uso intensivo ou pelo impacto dos visitantes sobre o local (lixo, esgotos, barulho, etc.), o número de visitantes tenderá também ao declínio (Fig. 4).

Esta reflexão passa a ser fundamental no presente cenário, uma vez que possibilita compreender as relações de desenvolvimento existentes ao longo da orla, na qual diferentes atores sociais estarão ligados a cada um destes estágios de desenvolvimento.

Nos estágios iniciais do desenvolvimento da orla, possivelmente serão observados como atores sociais presentes nas relações “*problema x soluções de problemas*”, o governo federal (mas, este se encontra longe do foco local), o governo estadual (algumas Secretarias estaduais, a polícia ambiental, a

FATMA - órgão ambiental), e, em nível local, a prefeitura, os proprietários de terra e pescadores artesanais. À medida que o desenvolvimento é incrementado, uma gama maior de atores é incorporada, como fruto da própria dinâmica de desenvolvimento que ocorre ao longo da orla com a densificação de propriedades e, conseqüentemente, com o aumento de interesse que resulta da valorização dos espaços, enquanto estes se tornam cada vez mais exíguos e disputados.

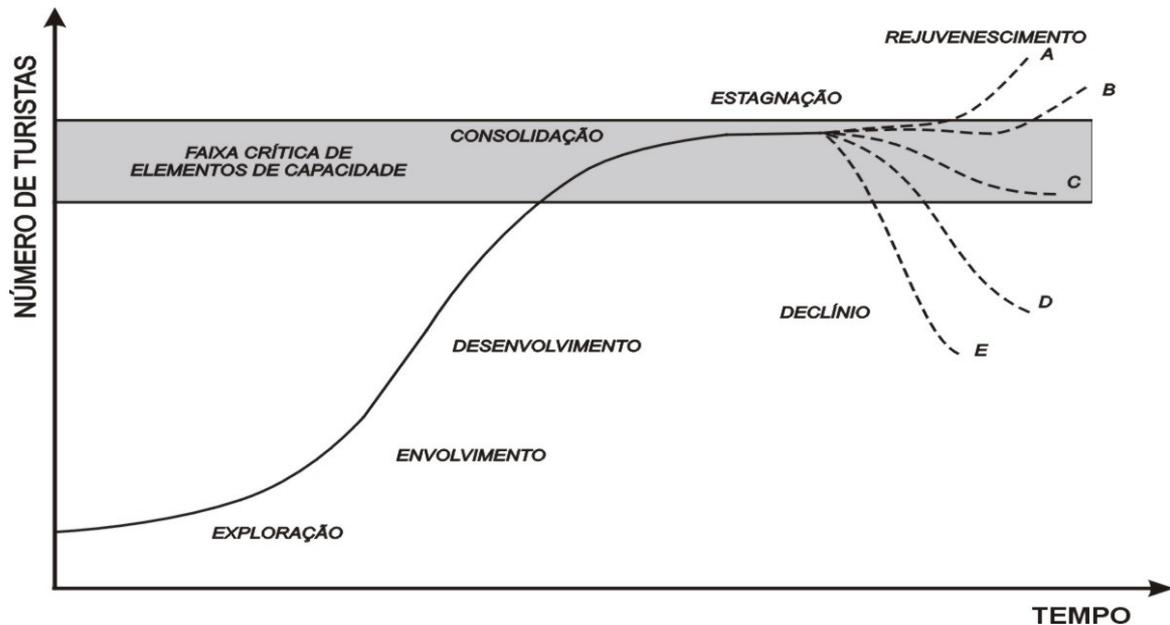


Figura 4. Fases de desenvolvimento de um balneário (Butler, 1980) adaptado Polette (1997).

Portanto, mitigar os problemas de diferentes estágios pelos quais passa esta estreita faixa costeira, por vezes consolidada, passa a ser um desafio não apenas para os tomadores de decisão locais, mas também para os mais diversos atores sociais em nível Federal, Estadual e local, passando, ainda, por estratégias que promovam um amplo envolvimento de arranjos institucionais e mudanças comportamentais.

Para a área de estudo, Silva (2000) identificou problemas relacionados aos principais setores econômicos da orla, tais como o turismo, a pesca, a maricultura, bem como dos conflitos existentes entre estes diversos setores tais como entre a maricultura e a pesca e entre a maricultura e a atividade do

turismo. Foram ainda identificados problemas entre os três setores predominantes (Fig. 5).

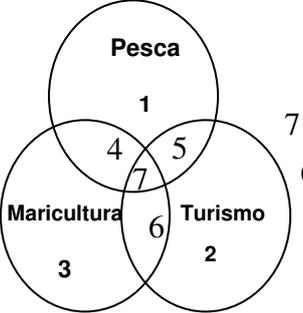
PROBLEMAS OBJETIVOS		PROBLEMAS CORRELACIONADOS
1. PROBLEMAS RELACIONADOS A PESCA: <ul style="list-style-type: none"> - Dejetos da pesca - Poluição do mar 		4. PROBLEMAS ENTRE MARICULTURA E O TURISMO: <ul style="list-style-type: none"> - Perda de espaço para lazer e recreação - Poluição visual - Riscos de redução da balneabilidade e qualidade da água - Alteração da paisagem
2. PROBLEMAS RELACIONADOS AO TURISMO: <ul style="list-style-type: none"> - Poluição do mar - Ocupação desordenada do solo - Concessão para várias atividades (bares, restaurantes, etc) - Desvalorização imobiliária - Garantias de acesso à praia - falta de conscientização turística da comunidade 		6. PROBLEMAS ENTRE MARICULTURA E PESCA: <ul style="list-style-type: none"> - Poluição De Embarcações X Condições Sanitárias
3. PROBLEMAS RELACIONADOS A MARICULTURA: <ul style="list-style-type: none"> - Poluição do mar - Uso de espécies exóticas e de bancos naturais - Impactos a circulação costeira - Ocupação irregular de áreas públicas de marinha - Falta de controle sanitários das áreas de cultivo. 		7. PROBLEMAS RELACIONADOS AOS TRÊS USOS: <ul style="list-style-type: none"> - Falta de ordenamento e gestão ambiental da região - Falta de infra-estrutura básica apropriada - Falta de conscientização ecológica - Dejetos da maricultura e da pesca - Lixo na praia - Eutrofização do ambiente marinho - Impactos à circulação costeira - Ocupação irregular das áreas públicas - Poluição ambiental - Assoreamentos das áreas próximas à praia - Proximidade do cultivo com a praia - Falta de códigos de conduta - Falta de valorização das áreas - Falta de adoção integral do plano-diretor

Figura 5. Problemas diagnosticados pelos atores ambientais de Penha, e relacionados à orla. Fonte: Silva (2000).

- Identificando os atores sociais ligados à orla de Armação do Itapocoroy

Segundo Polette (1997), um ator é o indivíduo ou grupo de indivíduos que são afetados por alguma iniciativa de gestão. Os atores típicos são aqueles que auxiliam de uma forma pró-ativa e compromissada para a formação do processo de gestão, tais como os residentes e usuários dos recursos, agências governamentais (nacionais, estaduais e municipais), a iniciativa privada, entre outros. Estes possuem interesse e/ou reivindicam o uso de um recurso ou ecossistema, possuem graus diferentes de comprometimento, e sentem pelo risco ou perigo de alguma perda, em função

de uma tomada de decisão. Não deve ser esquecido, no entanto, que atores são também as futuras gerações.

Apesar de abrigar uma pequena área, os interesses nesta região são inúmeros, e diversos atores sociais podem ser considerados importantes para mitigar os problemas existentes. Silva (2000) desenvolveu uma análise que identificou todos os atores ambientais envolvidos no processo de ocupação e de gestão da orla do município de Penha, onde foram entrevistados cerca de 90 diferentes atores com a identificação de 55 diferentes instituições governamentais e não-governamentais. Com estes resultados, passa a ser importante a reflexão da complexidade de se organizar atores sociais em nível local para buscar não apenas o entendimento dos conflitos, mas também a forma pelo qual poderá ser buscada a solução para os mesmos.

Tabela III. Atores sociais presentes no processo de gestão da orla de Penha, SC.

Classe	Atores sócio-ambientais	
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS FEDERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério do Meio Ambiente - MMA • Ministério da Marinha • Ministério da Agricultura e Abastecimento • IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> • CEPISUL/IBAMA • Secretaria do Patrimônio da União – SPU • Capitania dos Portos • EMBRATUR
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS ESTADUAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SDM • SANTUR • CASAN • CIDASC 	<ul style="list-style-type: none"> • EPAGRI • FATMA • Ministério Público • Polícia Civil • Polícia Militar • Polícia Militar Ambiental
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS MUNICIPAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Prefeitura Municipal • Câmara de Vereadores • Sec. Mun. de Meio Ambiente • Sec. Mun. de Planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Sec. Mun. de Turismo • Sec. Mun. de Saúde • Sec. Mun. de Educação • Vigilância Sanitária
ÓRGÃOS NÃO-GOVERNAMENTAIS LOCAIS	<ul style="list-style-type: none"> • A. C. Konder Reis • AA • ACIPEN • AMAP – Associação de Maricultores de Penha • Ass. Moradores Praia Vermelha • Ass. Surf da Armação • Associação de Hotéis e Restaurantes de Penha 	<ul style="list-style-type: none"> • Associação de Moradores da Armação • Colônia de Pesca Z-5 • COOPERMAPE • Igrejas • Fundação Praia Vermelha • MIR • ONG's ambientais • Rotary Club
ÓRGÃOS NÃO-GOVERNAMENTAIS REGIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> • UNIVALI • ACAPRENA • Curupira ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Federação dos Pescadores • FURB • ORT • UFSC
INICIATIVA PRIVADA	<ul style="list-style-type: none"> • Beto Carrero World • Costa Sul Pescados 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornais locais • Marinas e iate-clubes

Para demonstrar a complexidade das relações entre os diversos grupos sociais governamentais e não-governamentais, Silva (2000) produziu um fluxograma denominado de “*Rede de Atores*”, baseado em Polette *et al.* (1999) que tem por finalidade evidenciar as percepções de integração, por meio de relações interinstitucionais em nível governamental, bem como, considerando as relações com os atores não governamentais, de forma vertical e horizontal (Fig. 6). Este diagrama permite identificar que para os atores governamentais a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), o Ministério Público e a Prefeitura representam, na concepção dos próprios atores governamentais, as instituições mais importantes para resolver os problemas identificados na orla de Penha.

Permite, ainda, entender que os atores sociais com maior número de indicações certamente são os mais importantes para iniciar um grupo de trabalho para o desenvolvimento de um comitê de gestão para a área de estudo. Cabe, ainda, entender que a rede de atores cujo método se baseia em uma série de entrevistas onde são indicadas pelos atores as relações: problema, solução e responsabilidades passa a ser um importante instrumento para a gestão participativa em nível local.

Logo, no limiar das relações governamentais e não-governamentais, o IBAMA, a EPAGRI, a FATMA, a Prefeitura Municipal e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente compreendem, para os atores não-governamentais, as instituições mais importantes para a solução dos problemas identificados. Sob um prisma oposto, isto é, na opinião dos órgãos governamentais, estariam por ordem de importância, dentre os atores não-governamentais, a Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, a Associação de Maricultores de Penha (AMAP), a Colônia de Pescadores Z-5 e a Associação de Moradores da Armação de Itapocoroy, como entidades fundamentais para a solução dos conflitos registrados.

Por fim, a análise interna do grupo não-governamental aponta que a UNIVALI, a Associação de Maricultores de Armação de Penha - AMAP, a Colônia de Pescadores, a Associação de Moradores da Armação de Itapocoroy, a Associação de Hotéis e Restaurantes de Penha e a Associação Comercial e Industrial de Penha - ACIPEN despontam como principais agentes de adequação da situação atual.

Finalmente, deve ser destacado que as organizações não-governamentais locais somaram 37,8% das opiniões expressas pelos grupos entrevistados, salientando sua importância no processo de gestão da área. Também, segundo estes entrevistados, as organizações vinculadas ao governo estadual foram responsáveis por 27,0% das respostas concedidas.

- Considerações Finais

A compreensão dos problemas de ocupação e a perspectiva de formulação de alternativas para a gestão dos espaços costeiros devem passar incondicionalmente pela identificação dos nichos – ou locais – onde os problemas efetivamente ocorrem. De forma abrangente, a orla de Penha pode ser dividida em três classes genéricas, que indicam níveis diferenciados de usos e atividades:

- trechos de orla para preservação das características naturais;
- trechos de orla destinados a usos exigentes quanto à qualidade ambiental e/ou com baixo impacto;
- trechos de orla destinados a usos pouco exigentes quanto à qualidade ambiental e/ou com maior potencial de impacto.

Concluiu-se que para os atores de Penha os principais problemas que afligem a região são, por ordem de importância, a ocupação desordenada da orla (tanto em relação à porção marinha quanto terrestre), a poluição do mar e a falta de saneamento básico. No caso do primeiro problema, observa-se uma questão conjuntural, uma vez que a falta de políticas públicas municipais próprias, formuladas com base conceitual e com escala apropriadas para a área em questão, impede um ordenamento do processo de ocupação.

No caso da poluição e da falta de saneamento, torna-se evidente que o problema é de natureza infra-estrutural, pois depende inegavelmente da aplicação de recursos públicos em dispositivos e equipamentos que promovam a recuperação da qualidade do ambiente. Ainda sobre estes problemas, cabe tecer uma consideração importante, que passa pela questão da saúde pública: além das práticas recreativas que ocorrem na orla, como o banho de mar e as diversas modalidades de navegação, a manutenção de uma extensa área de maricultura em um ambiente de qualidade sanitária duvidosa, pode gerar conflitos crescentes por parte dos mais diversos atores sociais analisados.

O presente trabalho apresenta um importante resultado em nível local que é a construção da rede de atores onde fica clara a relação entre as mais diversas instituições não governamentais e governamentais no que tange ao uso da orla. O presente modelo oportuniza o desenvolvimento de um Comitê de Gestão da Orla em nível local, o que pode levar a mudanças positivas de uso do solo e do mar na área de estudo, o que traduz um desafio institucional e político em prol do ecodesenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- AMFRI - Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí-Açu. 1998. Plano Básico de Desenvolvimento Ecológico-Econômico - PBDEE. v.1. Itajaí.
- Britez, R.M. 1995. As morrarias da Praia Vermelha: Uma Proposta de Conservação. Resumo adaptado do Trabalho "Estudo Ambiental das Morrarias da Praia Vermelha - Uma Proposta de Conservação"- ACAPRENA, 1994. Adaptação de Ricardo Miranda de Britez. Penha, 1995.
- Butler, R.W. 1980. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. University of Western Ontario, Canadian Geographer, XXIV, 1. *Ontario* :5-12
- IBGE. 2000. Censo Demográfico do Brasil. www.ibge.br.
- Polette, M. 1997. *Gerenciamento Costeiro Integrado: Proposta Metodológica para a paisagem da microbacia de Mariscal (Município de Bombinhas, SC)*. Tese de Doutorado. UFSCar. 497p.
- Polette, M.; Bacila, C.; Schmitt, J. & Macedo, C.X. 1999. An Integrated Coastal Management Strategy Plan for Camboriú Watershed basin, Santa Catarina State, Brazil. *COASTAL ZONE* 99. San Diego - CA Pp727-729.
- SDM – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul & IBGE. 1999. *Projeto Gerenciamento Costeiro. Diagnóstico Ambiental*

de Santa Catarina: caracterização sócio-econômica da zona costeira de Santa Catarina. Florianópolis, 53p.

Silva, L.N. 2000. *Subsídios ao Ordenamento do Espaço Marinho da Enseada da Armação do Itapocoroy (Penha, SC), a fim de Mitigar os Conflitos Gerados pela Maricultura.* Monografia. UNIVALI. Laboratório de Gerenciamento Costeiro Integrado. 164p.

Smith, R.A. 1991. Beach Resorts: A Model of Development Evolution, Elsevier Science Publishers B. V., Amsterdam, *Landscape and Urban Planning*, (21): 189-210.

Souza Jr., S. & Polette, M. 1998. *Aplicação do Modelo de Desenvolvimento de Balneários no Município de Balneário Camboriú, SC.* Monografia. UNIVALI. Laboratório de Gerenciamento Costeiro Integrado.

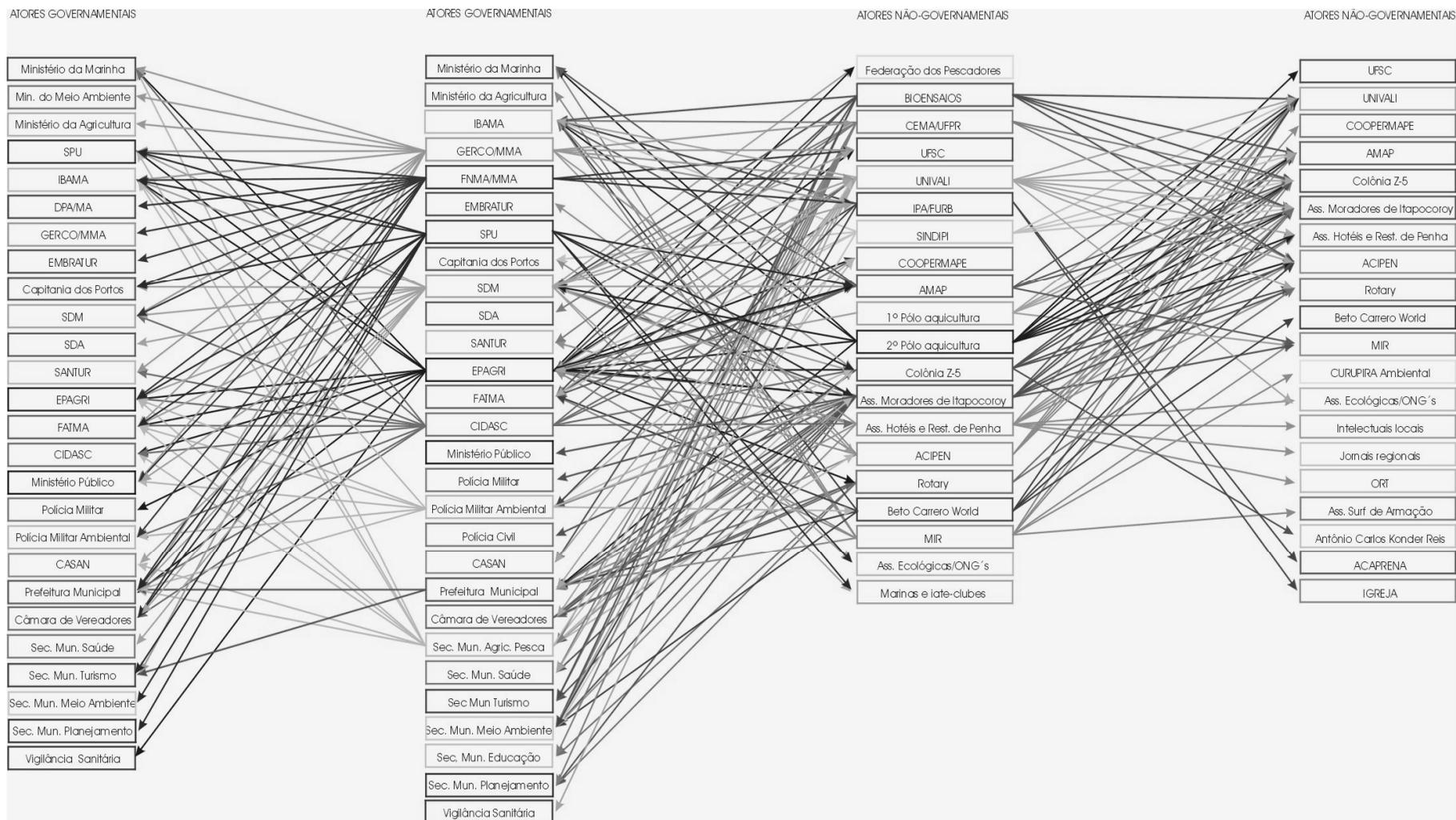


Figura 6. Rede dos atores ambientais da Armação do Itapocoroy, Penha, SC, onde se destacam as estratificações horizontais (Organizações Governamentais e Não-Governamentais) e as verticais (Federais, Estaduais e Municipais).